



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Paulo Azi)

Solicita que esta CPI requirite ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cópia do inteiro teor do processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001, referente à ação movida pelo POSTALIS contra o gestor do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento de Dívida Externa (Fidex), Fabrício Neves, da Atlântica Administração de Recursos, e contra o administrador da carteira, a BNY Mellon DTVM, pelas perdas do fundo com papéis lastreados na dívida da Argentina e superfaturados.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI, criada “*investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes*”, requirite ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cópia do inteiro teor do processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001.

JUSTIFICAÇÃO

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos. Muitas dessas notícias estão ligadas a má gestão dos recursos destes fundos de previdência e algumas falam em corrupção propriamente dita.

O Estadão de 23/03/2015 noticiou que o Postalís apresenta um déficit atuarial de R\$ 5,6 bilhões, provocado por investimentos suspeitos, pouco rentáveis ou que não tiveram ainda rendimento repassado ao fundo. Integrantes do fundo argumentam que o déficit bilionário é resultado da má administração dos investimentos nos últimos anos. Também acusam os Correios de não terem pago a dívida que têm com o Postalís

Em notícia veiculada pelo O Globo, em 15/02/15, fica demonstrado que relatórios da Securities and Exchange Commission (SEC, a xerife do mercado financeiro americano mostram



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que ao menos seis papéis de instituições financeiras na carteira do Postalís (fundo de pensão dos Correios) tiveram o valor adulterado com tinta corretora ou com um simples “corta e cola” nos processos digitalizados. A fraude, feita entre 2006 e 2009, detalhada nos relatórios da SEC, chega a US\$ 24 milhões (R\$ 68 milhões). Os responsáveis são sócios da Atlântica Asset Management, gestora contratada pelo Postalís para investir o dinheiro dos carteiros em títulos da dívida brasileira no exterior.

As fraudes geraram prejuízos milionários ao fundo de pensão e começaram a ser desvendadas no ano passado. O caso ganha contorno ainda mais complexo, já que o Postalís havia contratado o Bank of New York Mellon para exercer a função de administrador e fiscalizar o trabalho de gestores, entre eles, a Atlântica. Agora, cobra o banco americano na Justiça pelas perdas.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos cópia do documento citado neste Requerimento, imprescindível para a realização de uma adequada investigação acerca dos fatos amplamente divulgados e documentados.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Paulo Azi
Deputado Federal
Democratas/BA